



Vol. 33, nº 2 (2026)

SALVAR O FOGO: IGREJA, INTERDITO E TRANSGRESSÃO

SALVAR O FOGO: CHURCH, PROHIBITION AND TRANSGRESSION

Carlos André de Alcântara da Silva¹

Recebimento do texto: 20/01/2026

Data de aceite: 10/02/2026

Resumo: Este trabalho tem como objeto a obra *Salvar o Fogo* (2023), de Itamar Vieira Junior. O objetivo central é compreender os impactos das interdições impostas pela Igreja, representadas na obra pelo Mosteiro de Santo Antônio, que atua como símbolo da pastoral do medo e da repressão às práticas religiosas de matrizes africanas e ameríndia. A metodologia adotada fundamenta-se em leitura crítica da obra, articulada com referenciais teóricos que permitem compreender os interditos e transgressões (Bataille, 2019, 2022), os mecanismos de perseguição e sacrifício (Girard, 2004), bem como o processo histórico de imposição do Cristianismo no Brasil (Vainfas, 1997; Souza, 2005). Os resultados da análise apontam para a relevância da obra como instrumento de reflexão crítica sobre memória e identidade cultural. Ao dar voz a Luzia, o autor expõe a violência simbólica e material sofrida por comunidades que resistem às imposições religiosas, ao mesmo tempo em que valoriza os saberes ancestrais interditados pela Igreja. Conclui-se que *Salvar o Fogo* transcende o plano ficcional ao propor uma leitura crítica sobre cultura, poder e religião. A obra reafirma o papel da literatura como espaço de denúncia e resistência, capaz de resgatar vozes marginalizadas e de questionar as estruturas que perpetuam exclusão e silenciamento.

Palavras-chave: Imposição. Mosteiro. Proibição.

Abstract: This study examines *Salvar o Fogo* (2023), by Itamar Vieira Junior. The central objective is to analyze the impacts of the prohibitions imposed by the Catholic Church, represented in the novel by the Monastery of Santo Antônio, which operates as a symbol of the “pastoral of fear” and the repression of religious practices of African and Amerindian origin. The methodology is based on a critical reading of the novel, combined with theoretical references that illuminate the dynamics of interdictions and transgressions (Bataille, 2019, 2022), mechanisms of persecution and sacrifice (Girard, 2004), and the historical imposition of Christianity in Brazil (Vainfas, 1997; Souza, 2005). This framework allows the narrative to be understood not only as a fictional construction but also as a reflection of broader historical processes of repression and cultural erasure. The results highlight the relevance of the novel as a tool for critical reflection on memory and cultural identity. By giving voice to Luzia, Vieira Júnior exposes the symbolic and material violence endured by communities resisting religious impositions, while simultaneously affirming the vitality of ancestral knowledge that, though interdicted by the Church, continues to survive in secrecy and resilience. In conclusion, *Salvar o Fogo* transcends the fictional plane by offering a critical reading of culture, power, and religion. The novel reaffirms the role of literature as a space of denunciation and resistance, capable of recovering marginalized voices and questioning the structures that perpetuate exclusion and silencing.

Keywords: Imposition. Monastery. Prohibition.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra-MT. Bolsista CAPES. E-mail: carlos.andre@unemat.br



1 Introdução

A comunidade da Tapera é composta por povos originários e descendentes dos povos escravizados, na qual havia práticas religiosas de matrizes africanas e ameríndias até o momento em que a Igreja impõe somente a prática do catolicismo. A obra *Salvar o Fogo* (2023), de Itamar Vieira Junior, se divide em quatro capítulos: os dois primeiros sob a perspectiva de narradores personagens e os dois últimos com narrador onisciente. A personagem Luzia, objeto desta análise, narra o capítulo intitulado “Luzia do Paraguaçu”, no qual é descrito o início da perseguição que o povo lhe dirige. Nos demais capítulos, descreve-se também o contexto da Tapera do Paraguaçu e um aprofundamento do que se passou na vida de Luzia.

Esta pesquisa busca deter-se na caracterização de Luzia como a personagem que encarna o mal no meio do povo. Para tanto, serão utilizados os conceitos de Georges Bataille para discorrer acerca dos interditos e transgressões presentes na obra. As obras de Souza (2005) e Vainfas (1997) auxiliam a contextualizar o processo de imposição do cristianismo no Brasil, assim como a obra de Girard (2004), que permite abordar a perseguição que vitimiza Luzia.

A análise parte da compreensão de que a narrativa de Itamar Vieira Junior não se limita a um enredo ficcional, mas se insere em um contexto histórico e social mais amplo, no qual se evidenciam as tensões entre práticas religiosas ancestrais e a imposição do catolicismo como única forma legítima de fé. Nesse sentido, a obra reflete os mecanismos de poder e controle que a Igreja exerceu sobre comunidades tradicionais, transformando saberes e práticas culturais em elementos interditos e demonizados.

Além disso, a escolha de Luzia como narradora de parte da obra confere à personagem uma voz que denuncia a violência simbólica e material sofrida por aqueles que resistem às imposições coloniais e religiosas. Sua trajetória, marcada pela perseguição e pela estigmatização, permite compreender como o discurso religioso se articula com estruturas de poder político e social, criando figuras de “bodes expiatórios” que concentram o medo e a culpa coletiva. Assim, a introdução da pesquisa estabelece o ponto de partida para discutir



como literatura, memória e crítica social se entrelaçam na construção da personagem e na representação da Tapera do Paraguaçu.

2 Luzia entre o sagrado e o profano

A perseguição dirigida a Luzia é consequência da presença do mosteiro, que faz com que ela se torne o “bode expiatório”, pois o povo acredita que ela esteja ultrapassando o que foi interditado pela Igreja. O trecho a seguir refere-se a uma percepção da personagem Moisés, que ao longo da narrativa é descrito como irmão de Luzia, mas posteriormente descobre-se que se trata de seu filho fruto de um abuso sexual. A descrição a seguir é acerca do Mosteiro de Santo Antônio do Paraguaçu: “muito próximo de nós havia um mosteiro, uma construção imponente, que ocupava o espaço tumultuado da cidade sem grande interferência, diferente de toda a vida da Tapera girando em torno da igreja, das missas e dos sermões do abade” (Vieira Junior, 2025, p. 82).

O mosteiro em meio à cidade, conforme nota Moisés, não tem a mesma força e influência que exerce na Tapera, ao ser uma construção que impõe temor aos moradores e os monges que controlam suas vidas: “Toda a vida da aldeia acontecia em seu entorno: as referências, o tempo, a história, era como se nada tivesse existido antes do mosteiro” (Vieira Junior, 2023, p. 27). Em *Documents*, Bataille (2019, p. 65), há um dicionário crítico em que se destaca o termo “arquitetura”, o qual pode-se relacionar também à construção do mosteiro:

assim, os grandes monumentos se elevam como diques, opondo a lógica da majestade e da autoridade a todos os elementos perturbadores: é sob a forma das catedrais e dos palácios que a Igreja ou o Estado se dirigem e impõem silêncio às multidões. É evidente, aliás, que os monumentos inspiram o decoro social e até mesmo, muitas vezes, um verdadeiro temor.

De fato, em *Salvar o Fogo*, a Igreja impõe silêncio à população mediante suas proibições. Os discursos proferidos pelos padres e abades mantêm o povo refém do medo de castigos divinos, tornando-se o mosteiro de Santo Antônio do Paraguaçu algo que desperta temor nos moradores.



Segundo Vainfas (1997, p. 43), no Brasil, a engrenagem punitiva da Igreja atuava da seguinte forma: “E também nesse drama pedagógico combinaram-se os dois tipos de ameaças que a pastoral do medo apreciava vincular: o perigo da danação eterna e o castigo divino na Terra”. Em *Salvar o Fogo*, a “pastoral do medo” age por meio das admoestações proferidas nas celebrações em que o povo é coagido mediante castigos divinos caso não deixe as práticas de seus ancestrais.

A perseguição que vítima Luzia parte desse processo de descredibilização e interdição das religiões dos povos originários e afro-brasileiras. O início da perseguição que estereotipa Luzia como o mal no meio do povo foi justamente por acreditarem que ela, na infância, estaria transgredindo o que foi imposto pela Igreja e isso seria o motivo dos incêndios que acometiam a Tapera, ou seja, o castigo divino.

Certas circunstâncias tornam favoráveis a ocorrência de perseguições em busca de um culpado, como a série de incêndios que ocorrem na Tapera, devido a um longo período de seca. Conforme Girard (2004, p. 19): “Por vezes são causas externas, como as epidemias ou ainda a seca extrema, ou a inundação, que acarretam uma situação de fome. Outras vezes são causas internas, como agitações políticas ou conflitos religiosos”. Além disso, o conflito religioso é um dos principais estopins da perseguição. Os padres pregavam que os incêndios que vinham sobre a Tapera eram por culpa do povo que ainda seguia as práticas de seus antepassados:

a estiagem se acentuou e os pequenos incêndios se tornaram mais frequentes. [...] Os sermões de dom Tomás se tornaram repetitivos. Tapera do Paraguaçu estava queimando pelo persistente pecado de seu povo que continuava a cultivar ‘demônios’ e a praticar magia. Pagavam o preço da desobediência contumaz dos pagãos. Era preciso censurar e repreender os culpados. Dom Tomás recontava histórias sobre as pragas do Egito, alertando que a ira de Deus seria implacável. Se persistissem, logo veriam a fome grassar na aldeia pela falta de chuva (Vieira Junior, 2023, p. 268).

Mediante os sermões, a população da Tapera inicia a busca de quem seria o culpado no meio do povo pelos castigos que julgavam receber. E este seria aquele que julgam transgressor:

mas, sem observar grandes melhoras com as advertências do abade, os moradores da Tapera se convenceram de que o Diabo estava entre eles espalhando infortúnios. As pessoas ainda deviam estar praticando magia. Formaram brigadas



para vigiar o Mal e logo os moradores da aldeia passaram a inquirir as crianças (Vieira Junior, 2023, p. 268).

Nesta mesma época dos incêndios em sua infância, Luzia nota que possuía uma sensibilidade para prever qual seria o local do próximo foco de incêndio:

o fez com as irmãs, mas apenas Edite deu importância às suas histórias. Quando se encontravam juntas antes do meio-dia, Luzia dizia: 'Espiem', e então apontava para um lugar qualquer carregado de uma energia que apenas ela sentia. Aguardavam inquietas à espera da flama e, quando surgia depois de um tempo, olhavam para Luzia, que sorria satisfeita (Vieira Junior, 2023, p. 267).

O sermão do abade associa as práticas do povo a elementos demoníacos: “Demonização da vida cotidiana das populações, aculturação cristã, missão salvacionista, os traços fundamentais da Reforma Católica na Europa estiveram simultaneamente presentes nos domínios ibéricos do ultramar” (Vainfas, 1997, p. 28). Essa associação era parte dos recursos de repressão utilizados pela Igreja e tinha como objetivo enfraquecer as tradições locais, impondo o catolicismo como única forma legítima de fé. Ao demonizar os costumes cotidianos, a Igreja não apenas descredibilizava os saberes ancestrais, mas também criava um ambiente de medo e vigilância constante, em que qualquer prática divergente poderia ser interpretada como pacto com o mal.

Esse processo de demonização se intensifica quando a multidão, tomada pela ira e pelo medo incutido nos sermões, busca um culpado para os males que assolavam a Tapera. A lógica persecutória, descrita por Girard (2004), mostra como comunidades em crise tendem a eleger um bode expiatório, alguém que concentre em si a culpa coletiva e que possa ser sacrificado em nome da ordem social. Nesse contexto, Luzia passa a ser vista como a encarnação do mal, não por suas ações concretas, mas pela sensibilidade que demonstrava em prever os incêndios, característica interpretada como sinal de feitiçaria.

A narrativa evidencia que o discurso religioso, ao associar práticas culturais a elementos demoníacos, legitima a violência contra indivíduos e comunidades inteiras. A perseguição a Luzia não é apenas resultado de crenças populares, mas da manipulação sistemática do medo pela Igreja, que transforma a fé em instrumento de controle social. O povo, convencido de que os incêndios eram castigos divinos, passa a vigiar uns aos outros,



criando brigadas para identificar supostos transgressores, o que reforça a lógica da exclusão e da repressão.

Quando a multidão irada pelo sermão do abade estava em busca do culpado pelos males, encontra a irmã de Luzia, Maria Cabocla, e Edite, que lhes contam sobre a previsão que era feita sobre o próximo local do incêndio. A revelação, ainda que fruto da sensibilidade de Luzia, é interpretada como prova de sua ligação com forças malignas. A partir desse momento, a personagem é marcada pelo estigma de feiticeira e passa a carregar o peso das acusações, tornando-se alvo da violência coletiva e exemplo da forma como interditos religiosos se transformam em perseguições concretas.

Disseram que ainda poderiam salvar suas almas se entregassem quem sabia da magia. Enquanto chorava assustada com o inquisitório, Edite contou que Luzia sabia quando o fogo iria começar. Diversas vezes a menina tinha previsto onde as chamas surgiriam. Maria Cabocla tentou correr para casa, mas foi contida por duas mulheres que a sacudiam, perguntando se era verdade o que a outra contava. ‘Fale antes que os demônios te levem para o inferno’, as mulheres pediram com os olhos arregalados pelo desespero que havia tomado a aldeia (Vieira Junior, 2023, p. 268-269).

Recaiu sobre Luzia, a partir deste momento, o estereótipo que lhe ligava aos incêndios. Com o início das chuvas, os incêndios reduziram e o povo foi esquecendo da ligação com Luzia, mas o desaparecimento de Edite fez com que novamente ela se tornasse o alvo da multidão. A mesma brigada que havia buscado o culpado dos incêndios também se reuniu para procurar Edite, e Luzia também foi procurá-la. Ela achava que Edite tinha fugido, até se deparar com uma peça de roupa queimada da amiga e o povo a encontrar no meio do caminho:

com os olhos marejados, Luzia apanhou os trapos e correu para avisar a aldeia do seu achado. Mas pela estrada esbarrou com as mesmas pessoas envenenadas que não lhe permitiram sequer explicar onde tinha encontrado o que agora segurava. Arrancaram os restos de tecido de suas mãos para em seguida a condenarem para sempre como uma alma maligna (Vieira Junior, 2023, p. 270).

Luzia já estava cercada pelos julgamentos, com as marcas que a tornam a vítima das acusações e, como ressalta Girard (2004, p. 45) nesses casos: “o menor mal-entendido arrisca a se transformar em mal”. Quando ela encontra uma peça de roupa de Edite, que



estava desaparecida, em uma área incendiada, torna-se a culpada aos olhos do povo pelo sumiço de sua amiga:

eis que diante da família ocorre algo que se pode chamar de julgamento. Mundinho se levanta indignado com as acusações, as responde com rudeza, amparado por Alzira e pelos filhos. [...] Tudo o que os pais dizem é refutado com mais Deus, mais religião, mais explicações mágicas (Vieira Junior, 2023, p. 298).

Recaíam sobre Luzia todas as características persecutórias que a tornavam, aos olhos do povo, a culpada. Por conta disso, a população da Tapera não percebeu e nem sequer houve oportunidade de que Maria Cabocla, irmã de Luzia, apontasse para o provável culpado daquele fato:

como contar que um jovem, cria dos poderosos, e que andava a cavalo por aquelas paragens, poderia estar envolvido no desaparecimento? A comunidade o conhecia e o aceitava entre suas meninas por ser quase branco e ter parte com os que mandam no mundo. Esse jovem exerceu fascínio sobre Edite e a atraiu com quinquilharias, sem que a aldeia, encorajada a vigiar o Mal sem corpo e sem rosto, percebesse o perigo atocaiado (Vieira Junior, 2023, p. 299).

Essa obediência e busca que o povo faz pelos culpados dos males que os assolam têm relação com o medo da punição que a Igreja impôs ao povo. Isso ocorria por meio da ação dos monges que estavam constantemente os vigiando para que não ocorressem transgressões. Apesar das práticas religiosas e dos conhecimentos provenientes das matrizes africanas e ameríndias, o povo ainda os pratica com receio e em segredo para não ser repreendido.

Segundo Bataille (2021, p. 88), a transgressão de um interdito não significa a sua exclusão: “[...] ‘Por vezes, um interdito intangível é violado, isso não quer dizer que ele tenha cessado de ser intangível’. Podemos mesmo chegar à proposição absurda: ‘o interdito está aí para ser violado’”. Dessa forma, mesmo que os moradores da Tapera ultrapassem as normas impostas pela Igreja, elas não cessam de existir e permanece o medo de serem descobertos e punidos.

Quando Luzia estava cuidando de Moisés em um momento de doença, ela recorreu às práticas e aos ensinamentos ancestrais que estavam interditos, mas, mesmo assim, permaneciam as mesmas imposições, pois a transgressão não exclui o interdito: “O mundo



de proibições era o mesmo, só não poderia ser contado aos quatro cantos da aldeia para que não fôssemos acusados pela religião de supersticiosos” (Vieira Junior, 2023, p. 59-60).

Em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, Souza (2005, p. 15) destaca o seguinte acerca das práticas de feitiçaria no Brasil colonial:

por um lado, a feitiçaria colonial mostrava-se estreitamente ligada às necessidades iminentes do dia a dia, buscando a resolução de problemas concretos. Por outro, aproximava-se muito da religião vivida pela população, as receitas mágicas assumindo com frequência a forma de orações dirigidas a Deus, a Jesus, aos santos, à Virgem.

As práticas dos conhecimentos herdados pelo povo da Tapera destinam-se, assim como destaca Souza (2005), às necessidades do dia a dia da população. No entanto, os saberes dos ancestrais de Luzia e do povo da Tapera estão interditos pela Igreja, que proíbe a prática religiosa que diverge do catolicismo. Sendo assim, como ressaltam Simas e Rufino (2020, p. 6): “A vida, afinal, é aquilo que praticamos cotidianamente e está em constante ameaça, a partir do veneno da serpente que, uma vez inoculado, espalha a mortandade, descredibilizando o ser e os seus saberes”. Essa descredibilização dos saberes leva até mesmo o povo a tornar-se outro, por negar suas raízes: “O povo da Tapera já havia esquecido ou tinha vergonha de dizer que sabia. Os padres abominavam as crenças dos mais velhos e diziam ser superstição. Não era a ciência de Deus, diziam em tom de reprovação” (Vieira Junior, 2023, p. 134).

Anos depois, Luzia vem a ser novamente acusada e perseguida pelo povo, mas não foi como em sua infância em que se encontrava indefesa, dessa vez ela conseguiu se impor e evitou o linchamento que o povo faria:

nas primeiras vezes, quando nova, inocente de tudo, chorava. Depois fiquei exausta de chorar, e por não reagir parecia que eu havia aceitado o destino escrito pelas linhas tortas de Deus. Quando o teto da nossa casa queimou, atiraram pedras em nós, até que uma atingiu o menino. Senti ódio, mas a minha fraqueza prevaleceu, e tampouco sabia como reagir. Depois veio o incêndio da igreja e voltaram a atirar pedras em mim. Me chamaram de bruxa, feiticeira, macumbeira. ‘Pois chamem’, gritei, ‘e tenham medo do feitiço’ (Vieira Junior, 2023, p. 101-102).

Luzia seria sacrificada, pois a população acreditava que ela era a causadora do incêndio, mas ela conseguiu afastá-los ao fazer do que estava interdito uma forma de assustá-



los. Após o incêndio do mosteiro, muitas pessoas deixaram a aldeia por estarem livres da vigilância dos monges. O povo vendeu as terras e partiu, temendo a reconstrução e a volta da vigilância e das normas que eles impunham em suas vidas. Em *Salvar o Fogo*, a Igreja é quem perpetua as práticas coloniais e continua a lançar seus venenos sobre a população da Tapera, e isso recai sobretudo na vida da personagem Luzia:

acolonização (pensamos a colonização como fenômeno de longa duração, que está até hoje aí lançando seus venenos), gera ‘sobras viventes’, seres descartáveis, que não se enquadram na lógica hipermercantilizada e normativa do sistema, onde o consumo e a escassez atuam como irmãos siameses; um depende do outro (Simas; Rufino, 2020, p. 5-6).

Luzia, após passar por diversas situações e ser a “sobra vivente”, relaciona o mal que lhe atribuem às atitudes dos grandes fazendeiros e da Igreja que lançam os seus venenos para controlar o povo:

de uns tempos para cá passei a desconfiar que o Mal não vinha do coração daquela gente. O Mal foi plantado pelos senhores de terra. Tinha sido regado pelos padres que habitavam o mosteiro de Santo Antônio. Não saía mais da minha cabeça que nos dividiram para nos enfraquecer. Tudo se iluminava na mesma medida em que me assombrava. Não tive estudo como o Menino, mal sabia ler ou escrever e guardava um missal como amuleto, feito as beatas carpideiras. Mas os anos me ensinaram que não há nada que não se possa conhecer quando criamos atenção para o mundo, quando deixamos o tempo contar as histórias do seu jeito. Só assim nós somos capazes de perceber o que existe no coração dos outros (Vieira Junior, 2023, p. 176).

O “mal” que Luzia encarna ao longo da narrativa lhe foi imputado por conta das interdições da Igreja Católica, que expulsa seus domínios o que julga impuro: “[...] aparentemente, para o cristão, o que é sagrado é forçosamente puro, o impuro está do lado do profano. Mas o sagrado para o pagão podia ser também o imundo” (Bataille, 2021, p. 250). No entanto, o mundo sagrado não é composto apenas pelo que se julga puro e, sendo assim, estas imposições do Cristianismo são contraditórias. O mosteiro, com seu poder e a pastoral do medo, conduz o povo a tais atitudes em que uma multidão irada, por mais de uma vez, buscou a execução de um culpado que estava cercado pelos estereótipos persecutórios que o tornam o “bode expiatório”.



3 Conclusão

Este trabalho objetivou destacar as consequências da pastoral do medo imposta pela Igreja, que estabeleceu interditos aos moradores da Tapera do Paraguaçu. A personagem Luzia, objeto da análise, foi aquela em quem incidiu a maior parte dessas perseguições, ficando marcada como a encarnação do mal ao longo da narrativa. Sua trajetória evidencia como práticas ancestrais de matrizes africanas e ameríndias foram demonizadas e reprimidas, transformando saberes culturais em elementos interditos e proibidos.

A obra *Salvar o Fogo*, de Itamar Vieira Junior, permite lançar um olhar crítico para o contexto brasileiro em que ainda se perpetuam imposições religiosas e sociais sobre comunidades tradicionais. Ao retratar Luzia como bode expiatório, o autor revela os mecanismos de poder que a Igreja utilizava para controlar corpos e crenças, reforçando a lógica colonial que marginaliza saberes populares e legitima apenas o catolicismo como prática oficial. Essa dinâmica mostra que a perseguição religiosa não se restringe ao passado, mas ecoa em práticas contemporâneas de exclusão e silenciamento.

Além disso, a análise da personagem Luzia evidencia que, mesmo diante da repressão, os saberes ancestrais permanecem vivos e atuantes, ainda que em segredo. Sua resistência, marcada pela coragem de enfrentar acusações e estigmas, simboliza a força de comunidades que, apesar da violência simbólica e material, continuam a preservar suas tradições e memórias. Nesse sentido, Luzia não é apenas vítima, mas também voz de denúncia e afirmação cultural.

Conclui-se, portanto, que *Salvar o Fogo* é uma obra que transcende o plano ficcional ao propor uma reflexão sobre memória, cultura e poder. Ao dar visibilidade às práticas interditadas e às perseguições sofridas por personagens como Luzia, Itamar Vieira Junior reafirma o papel da literatura como instrumento de resistência e transformação social. A narrativa contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para a valorização das matrizes africanas e ameríndias, lembrando que a preservação da memória coletiva é fundamental para compreender e enfrentar as permanências coloniais que ainda marcam a sociedade brasileira.



Referências

BATAILLE, G. **Documents**: Georges Bataille. Tradução: João Camillo; Marcelo Jacques. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2019.

BATAILLE, G. **O erotismo**. Tradução: Fernando Scheibe. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

GIRARD, R. **O bode expiatório**. Tradução: Ivo Storniolo. 1. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2004.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SOUZA, L. de M. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS, R. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997. (Coleção Histórias do Brasil)

VIEIRA JUNIOR, I. **Salvar o fogo**. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2023.